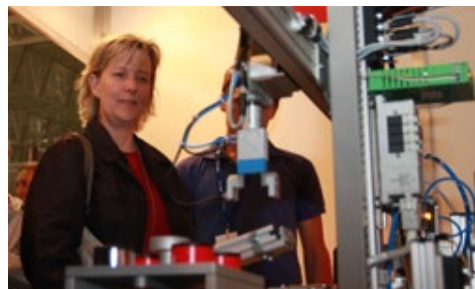




Presidente **p.7**

Confiança no projeto europeu



PSD **p.10**

Portugal tem de alcançar um défice inferior a 3%

# POVO LIVRE



nº 1929

29 de junho de 2016

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD



## Ganhar as eleições autárquicas

Pedro Passos Coelho discursou na convenção autárquica distrital do PSD de Lisboa

LEVAR  
PORTUGA  
A SÉRI





# Expedientes dilatórios prejudicam o apuramento da verdade na CGD

O líder do PSD criticou o presidente da Assembleia da República por ter pedido um parecer à Procuradoria-Geral da República (PGR), sobre a comissão de inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD) e pela postura na condução dos trabalhos do parlamento. Passos Coelho espera que a mudança introduzida pelo PSD no objeto da comissão de inquérito à Caixa “seja mais do que suficiente” para evitar “processos dilatórios” que impeçam uma prerrogativa constitucional dos deputados. “O facto de o presidente da Assembleia da República ter requerido ao conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República um parecer sobre esta matéria é um expediente que não cabe naquilo que é a decisão que ele tem de tomar como presidente da Assembleia da República”, defendeu o líder do PSD, à margem da apresentação da revista “Quórum” da JSD, em Lisboa, 23 de junho.

O presidente do PSD criticou a forma como Eduardo Ferro Rodrigues conduziu os trabalhos em plenário sobre requerimentos do PSD e do CDS para uma auditoria à CGD, considerando que “aquilo que se passou no parlamento não é um bom indicador do funcionamento do parlamento”. “Acho que todos devemos dar um contributo para que as nossas instituições possam funcionar ao seu melhor nível e hoje o parlamento e a presidência do parlamento não teve ao seu melhor nível. Espero que o exagero que foi possível verificar possa contribuir para que não volte a verificar-se este tipo de condução de trabalhos”, argumentou.

Para Pedro Passos Coelho, o presidente do parlamento “tem todo o direito de poder avaliar da conformidade dos requerimentos que os deputados apresentam nos termos da própria Constituição” mas se houver dúvidas devem ser comunicadas para que possam “ser supridas pelos próprios requerentes”. “Hoje de manhã, a comunicação







injetar capital na caixa, o que conduziu a essas necessidades, porque essa é a única maneira de restituir confiança na própria instituição”, sustentou.

De acordo com Passos Coelho, “o parlamento não tem de se imiscuir nas negociações com a Comissão Europeia” mas é necessário “perceber quais são as necessidades de capital que são exigidas e que factos é que fundamentam que Governo pedisse a Bruxelas uma recapitalização dentro dos valores estarão em cima da mesa”. “Ao parlamento e aos portugueses cabe perceber porque é que a Caixa precisa de determinadas injeções de capital. É isso que está em jogo, foi isso que esteve em jogo desde o início. A clarificação que fica feita com certeza evitará qualquer dúvida sobre o objeto da comissão”, disse.

“Não é correto andar a sugerir, via comunicação social, que a razão por que é necessário tanto dinheiro a mais na Caixa é porque nós no passado gerimos mal a Caixa quando estivemos no governo, mas depois não haja sequer confirmação dessas necessidades de capital”, sublinhou.

Por sua vez, em conferência de imprensa conjunta dos líderes parlamentares do PSD e do CDS-PP, Luís Montenegro anunciou que será retirada a parte do objeto da comissão de inquérito relativa a uma “indagação diretamente relacionada com o processo negocial que está a decorrer entre o Governo e Bruxelas”.

que foi feita pelo presidente da Assembleia da República constitui uma espécie de notificação aos requerentes das dúvidas que ele tinha, e nós esclarecemo-las rapidamente, para que possamos passar à fase seguinte, que é poder constituir a comissão de inquérito”, disse. “Isso não tem nada de irregular, a única coisa que não deixar de anotar politicamente é que são imensos os obstáculos que, quer a maioria, quer o Governo, tem vindo a colocar para que esta comissão de inquérito se possa constituir”, acrescentou.

Passos Coelho disse esperar que a questão em torno do objeto da comissão de inquérito “esteja ultrapassada” com as mudanças introduzidas. “Nós queremos saber por que razão é que existem necessidades tão avultadas de



### Revista “Quórum”

A Juventude Social Democrata (JSD) lançou a revista “Quórum”, uma nova publicação de reflexão política. O objetivo é aprofundar a discussão em assuntos do domínio público e lançar novos temas a debate. A “Quórum” conta com a opinião de “nomes conhecidos da política portuguesa”, bem como de “jovens quadros de reconhecido mérito nos temas abordados”. A primeira edição tem o prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa.



Povo Livre

Presidente





Convenção autárquica distrital do PSD de Lisboa

# Ganhar as eleições autárquicas

O presidente do PSD está confiante numa vitória do PSD nas autárquicas de 2017, admitindo no entanto que a preocupação dos sociais-democratas não se esgota nessas eleições, mas centra-se no futuro do país. “Creio que está ao nosso alcance, embora saibamos que esse é um resultado difícil, ganhar as eleições autárquicas”, afirmou o ex-primeiro-ministro, no encerramento da convenção autárquica distrital do PSD de Lisboa, que decorreu em Cascais, no passado domingo.

Considerando que as autárquicas são “muito importantes” para o próximo ciclo de governação local, Passos Coelho disse que “o tempo até essas eleições ocorrerem é também um tempo muito importante para Portugal” que “não se esgota, do lado do PSD, na preocupação das eleições autárquicas”. “Eu hoje estou preocupado com o que se passa no nosso país”, afirmou Pedro Passos Coelho, criticando o atual governo socialista (com apoio parlamentar do PCP, Bloco de Esquerda e Verdes) por ter “invertido uma tendência positiva”, pela relação com a União Europeia e pela “demagogia barata”.

Para o líder do PSD, o executivo liderado por António Costa “governa não a pensar na prosperidade, mas no discurso. Como se estivesse empenhado em eleições daqui a três, quatro ou cinco meses. E não como quem está a pensar no país que vamos ter daqui a três ou quatro anos”.

E defendeu: “Se estivesse preocupado com país, estaria a governar o país de forma totalmente diferente.” “A política não se faz para conquistar câmaras e freguesias, para poder dizer que temos um maior número do que os outros. Faz-se porque aquilo que nos move é a ideia de que temos um bom projeto”, salientou.

Pedro Passos Coelho insistiu ainda na crítica ao Bloco de Esquerda, que disse que, caso a Comissão Europeia avance com sanções contra Portugal por défice excessivo, colocará na agenda um referendo em Portugal sobre a Europa. “Nós hoje temos partidos que estão na solução do Governo e que acham que podem instrumentalizar os portugueses nas suas bravatas contra a União Europeia. Se houver sanções nos ameaçamos com referendo. Sentido de responsabilidades com que é posta. O que eu vi hoje do Bloco de Esquerda mostra a enorme desconsideração com que se olha para os portugueses. Os portugueses são

instrumento da sua luta política, não o objetivo da sua luta política”, comentou o líder do PSD.

## PSD recusa instrumentalização dos portugueses

O líder do PSD recusou que se instrumentalize os portugueses no quadro de uma “guerrilha política” com a Comissão Europeia, recusando a ideia da realização de um referendo caso sejam impostas sanções por défice excessivo. “Penso que não é correto instrumentalizar os portugueses num quadro de alguma guerrilha política entre Portugal e a Comissão Europeia por causa de sanções. É um pouco nesses termos que leio a proposta [do BE]”, afirmou o presidente socialista-democrata, quando questionado sobre as declarações da coordenadora bloquista, que disse hoje que se a Comissão Europeia avançar com sanções contra Portugal por défice excessivo o partido colocará na agenda um referendo em Portugal sobre a Europa.

Reiterando que “não há objetivamente razões para Portugal ser alvo de sanções”, Passos Coelho rejeitou a possibilidade de se realizar um referendo sobre a Europa em Portugal, considerando que se trata de “um não assunto”.

Contudo, insistiu, os portugueses não devem ser instrumentalizados, nem “se deve usar o instrumento do referendo como uma espécie de arma política dentro da conversa sobre sanções”.

Passos Coelho, que falava aos jornalistas no final de um encontro com o primeiro-ministro de preparação do Conselho Europeu, adiantou que na conversa com o primeiro-ministro um dos assuntos debatidos foi a saída do Reino Unido da União Europeia. “É do interesse de todos que o processo se possa desenvolver de forma construtiva e aberta”, defendeu, recusando a ideia de que “a decisão soberana dos britânicos” foi uma forma de “despeito político” em relação à União Europeia.





Por isso, acrescentou, é preciso “transmitir uma visão sem dramatizações e serena” e que a forma de lidar com o processo de negociações seja “politicamente construtiva”.

O líder do PSD defendeu ainda que não é necessário “haver uma pressa extraordinária” no processo de saída do Reino Unido da União Europeia, lembrando que há trâmites formais que estão previstos e terão de ser cumpridos. “Os prazos não é o mais relevante”, salientou, considerando que o importante será o “conteúdo das negociações”.

Pois, reiterou, é fundamental que tudo decorra num “espírito construtivo e positivo” e não num clima de “ressabiamento” relativamente aos britânicos.

A convenção autárquica distrital reuniu autarcas de dez concelhos da região de Lisboa, sob o tema “Poder local, Agir Global: Unidades territoriais e suas especificidades”, em Cascais, 26 de junho de 2016.





Pedro Passos Coelho em conferência de imprensa

# Confiança no projeto europeu



O presidente do PSD reitera confiança no projeto europeu, após o referendo no Reino Unido. Para Pedro Passos Coelho, é preciso evitar “excessos de dramatização”, apesar da saída britânica não poder ser desvalorizada. “Devemos evitar nesta altura quer excessos de dramatização, quer a pura desvalorização da decisão do referendo britânico”, afirmou Pedro Passos Coelho, comentando a vitória da saída do Reino Unido da União Europeia (‘Brexit’) no referendo realizado na quinta-feira, 23 de junho de 2016.

O presidente social-democrata, que falava em conferência de imprensa, na sede do PSD, em Lisboa, sublinhou a “decisão soberana” dos britânicos e declarou “convicção” nos líderes europeus, e também na liderança britânica, para uma resposta “à altura da decisão hoje tomada”: “Hoje, é importante reafirmar que, como portugueses, estamos convictamente na Europa e no projeto europeu. Ele tem representado para Portugal uma esperança de modernização, progresso e estabilidade e creio que essa é a forma como os portugueses, de modo geral, encaram a nossa pertença europeia”.

O resultado do referendo “muda profundamente o quadro em que o Reino Unido se relacionará com a UE” no futuro, e vice-versa, mas Portugal deve ter presente a sua aliança com o Reino Unido, porventura “uma das mais velhas do mundo”.

Pedro Passos Coelho endereçou também uma palavra de tranquilidade para todos os portugueses que vivem no Reino Unido”, demonstrando confiança no acompanhamento da sua situação por parte do Governo mas também pelas instituições comunitárias, como definem as “próprias regras europeias”.

“Não só o Governo tem essa responsabilidade e certamente a exercerá, como as próprias regras europeias preveem o acompanhamento desta situação”, assinalou o presidente do PSD.

Questionado sobre de que forma está Portugal financeiramente preparado para enfrentar eventuais perturbações no espaço europeu, Passos Coelho defendeu que, enquanto esteve à frente do Governo de coligação com o CDS-PP, procu-

rou “conduzir uma política de prudência”. “Procurei, à frente do Governo de Portugal, conduzir uma política de prudência que pudesse sempre, dentro das nossas possibilidades, proteger Portugal e os portugueses de eventos externos que pudessem ser mais difíceis”, venceu, acrescentando “ter em conta” as declarações do ministro das Finanças, que, em entrevista à TSF, feita antes do referendo, asseverou que os cofres públicos estavam preparados para esse cenário.

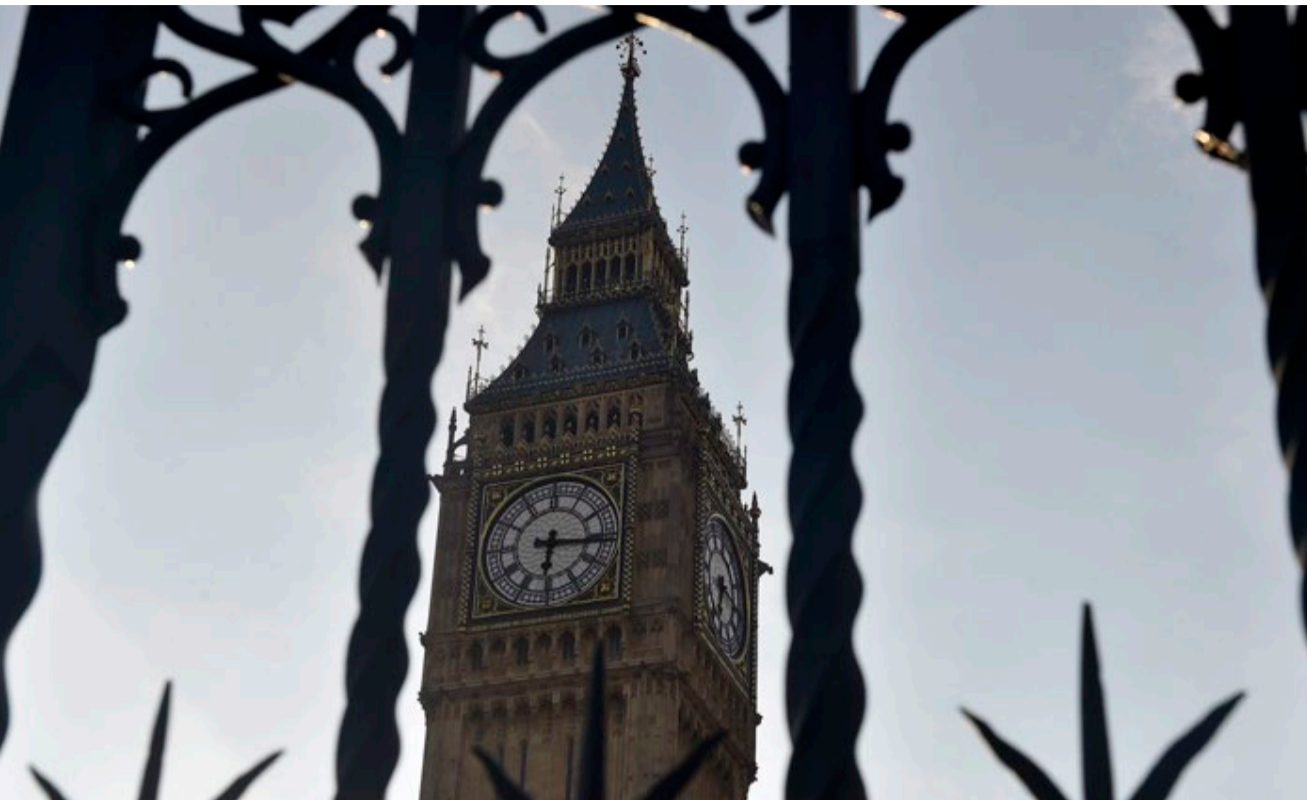
“Muitas vezes os defeitos que se atribuem a Bruxelas, insuficiências que se atribuem à própria UE, resultam muitas vezes de insuficiências da própria política nacional”, advertiu todavia o líder social-democrata, que recomendou ao Governo português e aos demais executivos europeus que “maximizem as suas responsabilidades” e tomem

“decisões em política económica e financeira que reforcem a responsabilidade de cada país”.

No referendo, foi colocada a questão “Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou abandonar a União Europeia?”, assinalando uma de duas opções - “Permanecer na União Europeia” ou “Sair da União Europeia”. Os britânicos decidiram que o Reino Unido deve sair da UE, com 51,9% dos votos contra 48,1%. O primeiro-ministro britânico, David Cameron, anunciou já a sua demissão com efeitos em outubro. Numa primeira reação, os presidentes das instituições europeias (Comissão, Conselho, Parlamento Europeu e da presidência rotativa da UE) defenderam um ‘divórcio’ o mais rapidamente possível, “por muito doloroso que seja o processo”.







Ainda antes da realização do referendo, o presidente social-democrata apontou que “a Europa não será a mesma”, pelo que só há um caminho: “reforçar o compromisso europeu”: “Se porventura na Europa um número importante de países viesse a rejeitar o projeto europeu, eu não acredito a Europa vivesse melhor e que o conjunto dos europeus tivesse um horizonte de maior prosperidade, de maior controlo sobre as suas decisões da sua vida, no mundo global em que vivemos”.

### Declaração na íntegra do presidente do PSD

«Como sabem, o Reino Unido decidiu, em referendo, sair da União Europeia. Trata-se de uma decisão soberana do Reino Unido, que devemos respeitar, dado que ela é uma decisão eminentemente democrática e, como referi, soberana. Devemos também encarar com muita serenidade a situação que hoje vivemos em consequência dessa decisão. É uma decisão que muda profundamente o quadro em que o Reino Unido se relacionará com a União Europeia para futuro. Mas muda também, de uma forma quase irreversível, os termos em que a própria União Europeia se relacionará com o Reino Unido.

Creio, no entanto, que devemos evitar, nesta altura, quer os excessos de dramatização, quer a pura desvalorização da decisão do referendo britânico. Não o devemos desvalorizar na medida em que se trata da primeira vez em que algum país que tenha entrado no projeto europeu o decide abandonar. Não se trata apenas da primeira vez em que isto acontece, como isto acontece com um grande país que tem, quer do ponto de vista da importância económica, quer da importância ao nível da política externa uma relevância muito grande para aquilo que é a afirmação política da Europa. Não só nunca aconteceu alguém querer sair, como nunca um processo tão complexo quanto o de negociar ordeiramente a saída, e ainda para mais de um grande país e de uma grande economia, foi alvo de qualquer experiência prévia.

Em todo o caso, nós queremos hoje reafirmar a nossa convicção de que os líderes europeus, e também a liderança do Reino Unido, saberão estar à altura da consequência desta decisão que foi tomada.

Mas disse também que não devíamos dramatizar excessivamente esta situação. Creio que é muito importante para todos os europeus, para todos os portugueses, que possamos ter bem presente que o Reino Unido pode ter decidido sair da União Europeia mas não saiu da Europa. Comunga, no essencial, aquilo que são os valores europeus. E, em particular, no que respeita a Portugal é o nosso mais antigo aliado e comunga com Portugal de uma dimensão atlântica na nossa política externa, que devemos saber preservar. Julgo que, portanto, deveremos colocar todas as nossas energias trabalhando daqui para a frente numa forma de preparar toda a decisão que terá de ser tomada para organizar esta saída do Reino Unido da União Europeia, de modo a não pôr



em causa a relação muito estreita, do ponto de vista político, cultural e económico que existe entre todos os países e, em particular, entre Portugal e o Reino Unido.

Haverá tempo, com certeza, para fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o novo quadro em que vamos viver. E haverá também oportunidade para decidir quais as melhores ações a empreender para reforçar, como é preciso reforçar, o projeto europeu.

Mas hoje julgo que é importante reafirmar que, como portugueses, estamos convictamente na Europa e no projeto europeu. Ele tem representado para Portugal uma esperança de modernização, de progresso e de estabilidade. E creio que essa é a forma como os portugueses, de um modo geral, encaram a nossa pertença europeia.

Vivemos num mundo que é cada vez mais global e interdependente. E se respeitamos a decisão soberana dos britânicos, temos da Europa uma visão diferente. Julgamos que estaremos mais bem defendidos, com possibilidades de lutar por uma sociedade mais próspera, com mais oportunidades para todos, mais justa também, numa ação coordenada dentro da União Europeia. E, nessa medida, a reafirmação dos nossos valores, dos nossos princípios e da nossa crença no projeto europeu é hoje importante. Respeitamos a decisão dos britânicos, mas a nossa convicção é que defendemos o interesse nacional e defendemos uma maior prosperidade e significância até da diáspora portuguesa dentro do projeto europeu.

É importante também reafirmar que é importante ter um espírito construtivo na forma como agora se vão desenrolar todas as negociações para preparar a saída do Reino Unido.

Julgamos, e parece-me indispensável, afastar qualquer intenção punitiva daquilo que foi a manifestação de vontade do Reino Unido. Uma coisa é procurar encontrar um quadro tao clarificador quanto possível, que traga não direi certezas, porque o futuro se tornou um pouco mais incerto...

Mas que traga, pelo menos, alguma confiança quanto à forma como o processo se vai desenrolar. E isso exige que as lideranças europeias e também as instituições europeias contribuam com o Reino Unido, para dar estabilidade e a maior previsibilidade possível a esse processo. Coisa diferente é querer artificialmente apressar as negociações, de maneira a pôr tão rapidamente quanto possível um ponto final neste processo, de modo a evitar um efeito de contágio político que pudesse ser seguido por outros países.

Nós não devemos ter medo dos processos democráticos. E se respeitamos aquele que aconteceu no Reino Unido, reafirmamos hoje também a nossa confiança naquilo que tem sido o caminho prosseguido pelos restantes países da União Europeia. Temos todos a ganhar em criar agora, nesta negociação que se vai encetar, um clima construtivo, positivo, de modo a manter a maior proximidade possível com o Reino Unido.

Por fim, queria dar uma palavra de tranquilidade também para todos os portugueses que vivem no Reino Unido. Eu creio que não só o Governo português tem essa

responsabilidade, e certamente a exercerá, como as próprias regras europeias preveem o acompanhamento desta situação. Nós não deixaremos de estar atentos para, junto do Reino Unido e das instituições europeias, velar por que os portugueses que vivem no Reino Unido possam ver garantidos os seus direitos e um quadro de estabilidade tão forte quanto possível. Mas aproveito para recordar justamente que a aliança entre Portugal e o Reino Unido é, talvez, uma das mais velhas alianças do mundo. Tenho a certeza de que o Governo português não deixará de reiterar a importância estratégica para Portugal e para os portugueses dessa relação, para futuro.

Do ponto de vista da importância que atribuímos à situação dos portugueses no Reino Unido, não é de modo nenhum menorizada. Julgo que as próprias regras europeias e o processo que se vai desenvolver tenderão a privilegiar as respostas que devem ir ao encontro das preocupações das pessoas, nomeadamente dos portugueses que estão no Reino Unido. De resto, o Reino Unido tem problemas com emigração, mas o Reino Unido, enquanto esteve – e ainda está e estará previsivelmente nos próximos dois anos dentro da União Europeia – não encara exatamente da mesma maneira aquilo que são as migrações internas dentro do espaço europeu com os problemas que vem sentindo, com outro tipo de emigração extraeuropeu. Mas julgo, como disse, que cabe agora às autoridades portuguesas e às autoridades europeias garantir os direitos desses cidadãos portugueses que não terão, nesta altura, razão para estar alheados deste processo. É natural que possam estar preocupados, mas daí a palavra de serenidade e conforto que entendi que era importante dirigir-lhes também.

Quanto à questão dos efeitos para Portugal, creio que



Portugal será afetado evidentemente como toda a União Europeia por esta decisão. É possível que possam existir consequências específicas para cada um dos países que compõem a União Europeia na medida em que não têm todos a mesma relação com o Reino Unido. Mas tive aqui oportunidade de recordar que temos também com o Reino Unido uma relação muito particular que nos aproxima na visão atlântica que defendemos e também nos laços históricos diplomáticos que unem as duas nações. Tenho a certeza que isso irá de alguma maneira poder amortecer alguns dos efeitos que poderiam ocorrer. Mas claro que Portugal, como o conjunto dos países da eu, serão afetados por esta decisão. Noto que hoje o Ministro das Finanças assegurou que, do ponto de vista do financiamento ao Estado português, temos condições de financiamento asseguradas, se bem tenho presente, até meados do próximo ano. Espero que algumas afirmações que foram feitas no passado quanto aos excessos que o Governo anterior poderia ter cometido com a prudência de deixar reservas suficientes para fazermos face a qualquer imprevisto externo hoje não sejam encaradas da mesma maneira.

Devo ter em conta o que foram as declarações do Ministro das Finanças, que está numa posição privilegiada de fazer avaliações e a avaliação dele é positiva. Não vamos fazer de conta que conhecemos todas as implicações e as podemos antecipar, nomeadamente no plano económico e financeiro que esta decisão poderá vir a acarretar no futuro. Julgo que é no entanto importante sublinhar dois aspetos. Em primeiro lugar, que a própria União Europeia, e neste caso a Zona Euro de que Portugal faz parte, tenham uma resposta articulada quer através das instituições nacionais quer sobretudo das instituições estrangeiras. E evidentemente ao nível do Banco Central. Tenho a certeza que haverá uma resposta coletiva para poder trazer previsibilidade dentro da incerteza em que vamos viver nos próximos anos. Em segundo lugar, é muito importante sublinhar, mais do que nunca, a importância das responsabilidades e lideranças nacionais. Muitas vezes, aquilo que são defeitos que se atribuem a Bruxelas, insuficiências que se atribuem à UE, resultam de insuficiências da própria política nacional em cada um dos Estados. Muitas vezes, as formas mais populistas e radicais que se vão desenvolvendo à escala nacional têm um terreno mais fértil para se desenvolver quando as próprias lideranças políticas que estão à frente dos governos entendem desculpar-se excessivamente com a responsabi-

lidade europeia e desresponsabilizar-se demasiado daquilo que são as suas efetivas responsabilidades e competências.

Num mundo interdependente e global como aquele em que vivemos, é muito importante partilhar soberanias e podermos estar integrados na União Europeia e na zona euro. Mas isso não dispensa que sejamos prudentes no que são as nossas políticas nacionais. Enquanto estive à frente do Governo de Portugal, procurei seguir uma política de prudência que pudesse sempre, dentro das nossas possibilidades, proteger Portugal e os portugueses de eventos externos que pudessem ser mais difíceis para a economia portuguesa e para os portugueses. Numa visão mais comum, direi que podemos pôr-nos mais ou menos a jeito para sofrer os embates de eventos desta natureza, de origem externa, que não dominamos. Recomendaria ao Governo português, como a todos os governos europeus, que pudessem maximizar as suas próprias responsabilidades procurando tomar decisões em matéria de política e financeira, mas também em termos de política geral, que reforcem a responsabilidade de cada país para que a nossa resposta coletiva possa ser mais assertiva e ao mesmo tempo mais robusta para enfrentar este tipo de dificuldades.

É possível que possam existir consequências específicas para cada um dos países que compõem a União Europeia na medida em que não têm todos a mesma relação com o Reino Unido. Mas tive aqui oportunidade de recordar que temos também com o Reino Unido uma relação muito particular que nos aproxima na visão atlântica que defendemos e também nos laços históricos diplomáticos que unem as duas nações. Tenho a certeza que isso irá de alguma maneira poder amortecer alguns dos efeitos que poderiam ocorrer. Mas claro que Portugal, como o conjunto dos países da União Europeia, serão afetados por esta decisão. Noto que hoje o Ministro das Finanças assegurou que, do ponto de vista do financiamento ao Estado português, temos condições de financiamento asseguradas, se bem tenho presente, até meados do próximo ano. Espero que algumas afirmações que foram feitas no passado quanto aos excessos que o Governo anterior poderia ter cometido com a prudência de deixar reservas suficientes para fazermos face a qualquer imprevisto externo hoje não sejam encaradas da mesma maneira.

Devo ter em conta o que foram as declarações do Ministro das Finanças, que está numa posição privilegiada de fazer

avaliações e a avaliação dele é positiva. Não vamos fazer de conta que conhecemos todas as implicações e as podemos antecipar, nomeadamente no plano económico e financeiro que esta decisão poderá vir a acarretar no futuro. Julgo que é no entanto importante sublinhar dois aspetos. Em primeiro lugar, que a própria União Europeia, e neste caso a zona euro de que Portugal faz parte, tenha uma resposta articulada quer através das instituições nacionais quer sobretudo das instituições estrangeiras. E evidentemente ao nível do Banco Central. Tenho a certeza que haverá uma resposta coletiva para poder trazer previsibilidade dentro da incerteza em que vamos viver nos próximos anos. Em segundo lugar, é muito importante sublinhar, mais do que nunca, a importância das responsabilidades e lideranças nacionais. Muitas vezes aquilo que são defeitos que se atribuem a Bruxelas, insuficiências que se atribuem à UE, resultam de insuficiências da própria política nacional em cada um dos Estados. Muitas vezes as formas mais populistas e radicais que se vão desenvolvendo à escala nacional têm um terreno mais fértil para se desenvolver quando as próprias lideranças políticas que estão à frente dos governos entendem desculpar-se excessivamente com a responsabilidade europeia e desresponsabilizar-se demasiado daquilo que são as suas efetivas responsabilidades e competências. Num mundo interdependente e global como aquele em que vivemos, é muito importante partilhar soberanias e podermos estar integrados na UE e na zona euro. Mas isso não dispensa que sejamos prudentes no que são as nossas políticas nacionais.

Enquanto estive à frente do Governo de Portugal, procurei seguir uma política de prudência que pudesse sempre, dentro das nossas possibilidades, proteger Portugal e os portugueses de eventos externos que pudessem ser mais difíceis para a economia portuguesa e para os portugueses. Numa visão mais comum, direi que podemos pôr-nos mais ou menos a jeito para sofrer os embates de eventos desta natureza, de origem externa, que não dominamos. Recomendaria ao Governo português, como a todos os governos europeus, que pudessem maximizar as suas próprias responsabilidades procurando tomar decisões em matéria de política e financeira, mas também em termos de política geral, que reforcem a responsabilidade de cada país para que a nossa resposta coletiva possa ser mais assertiva e ao mesmo tempo mais robusta para enfrentar este tipo de dificuldades.»



## Euro 2016

# Portugal “fez um grande jogo”

O presidente do PSD considerou que “Portugal fez um grande jogo” ao vencer a seleção da Croácia, apurando-se para os quartos-de-final do Europeu de futebol de 2016. “Foi um jogo de reafirmação da nossa seleção. O sonho continua. E agora é concretizar mais uma parte deste sonho já contra a Polónia”, afirmou Pedro Passos Coelho, numa declaração enviada à agência Lusa. Um gol de Ricardo Quaresma já no período de prolongamento, aos 117 minutos, valeu à seleção portuguesa um triunfo por 1-0 sobre a Croácia. Nos quartos-de-final, Portugal vai medir forças com a Polónia - que superou a Suíça nas grandes penalidades (5-4), depois de uma igualdade a um no final dos 120 minutos -, num embate marcado para dia 30 de junho, em Marselha.



Maria Luís Albuquerque na Área Oeste

# Portugal tem de alcançar um défice inferior a 3%

O objetivo não pode cingir-se a atingir um défice de 3%. Para Maria Luís Albuquerque, “é preciso ir mais longe”. “O nosso objetivo como país não pode ser ter um défice de 3%. Temos de ir claramente mais longe”, afirmou a vice-presidente do PSD, durante uma intervenção dirigida a militantes da distrital do PSD/Oeste, sábado, 25 de junho de 2016. “No discurso já ignoraram o 2,2% e já dizem que vão ficar abaixo de 3%. É preciso lembrar que o objetivo do país não é ter um défice de 3%. Três por cento é o défice máximo que deveríamos ter quando as coisas correm muito mal. O objetivo é ter um orçamento equilibrado”, sublinhou.

A vice-presidente do PSD declarou que “não acredita” que o Governo consiga alcançar um défice de 3% no final do ano e foi mais longe ao afirmar que “não é possível, porque há áreas que estão sobre orçamentadas, porque o crescimento está muito abaixo daquilo que devia ser, o que tem impactos na receita e porque os aumentos da despesa são maiores do que o previsto inicialmente”.

O défice das administrações públicas, em contas nacionais, foi de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano, divulgou na sexta-feira o Instituto Nacional de Estatística (INE). Segundo as contas nacionais trimestrais por setor institucional relativas ao primeiro trimestre de 2016, o INE indica que, “tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das Administrações Públicas situou-se em cerca de -1.406,1 milhões de euros no 1.º trimestre de 2016, correspondente a -3,2% do PIB (Produto Interno Bruto)”.

Ao contrário do primeiro-ministro, Maria Luís Albuquerque defendeu que não existe “um virar de página” e demonstrou “preocupação” pelos aumentos que o Governo tem vindo a fazer, ao acabar com os cortes feitos antes. “Não é possível dar tudo a todos tão depressa porque, se o fosse, já o teríamos feito e não temos nenhuma obsessão ideológica”, enfatizou.



De acordo com Maria Luís Albuquerque, António Costa tem vindo a “satisfazer interesses particulares corporativos representados pelo BE, PCP e até pelo PAN para poder manter o Governo sustentado no Parlamento”.

Em consequência, defendeu, começam a existir “pagamentos que ficam em atraso, porque não há dinheiro para fazer face a essas responsabilidades”, dando o exemplo da reposição das 35 horas na função pública, sobre as quais não acredita que “não tenham impacto orçamental”.

Para a ex-ministra das Finanças, começam a surgir resultados que demonstram “quebra da confiança por parte de quem nos observa de fora e de dentro, alargamento das taxas de juro e total estagnação do investimento”.

## CGD: PSD quer conhecer situação para não se fazer “autópsia, mas evitar que morra”

O PSD quer conhecer os motivos do Governo para injetar 4 mil milhões de euros na Caixa Geral de Depósitos, porque não quer uma “autópsia”, mas “evitar que (o banco público) morra”, afirmou a vice-presidente: “Não queremos fazer uma autópsia, queremos evitar que o doente morra. Queremos e temos o direito de saber, num banco que é público, se há problemas que justifiquem a injeção de quatro ou cinco mil milhões para podermos democraticamente discutir e para termos uma palavra a dizer em tempo útil e não depois do facto consumado”.

A ex-ministra das Finanças justificou assim o pedido de uma comissão parlamentar de inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD), depois de várias tentativas para conhecer a situação do banco público e consequentes recusas de esclarecimento pelo Governo.

“É muito preocupante a falta de respeito democrático que está subjacente a estas reações”, defendeu.

Para Maria Luís Albuquerque, é fundamental perceber se também “há outras questões a ver com o sistema bancário medidas dentro do mesmo saco e saber se a CGD vai dar como perdidos muitos dos empréstimos que concedeu ou se vai atrás desse dinheiro”.

Antes da Assembleia Distrital do PSD da Área Oeste, a vice-presidente visitou a Feira de São Pedro em Torres Vedras.







## José Matos Rosa na Academia de Jovens Autarcas

O secretário-geral do PSD José Matos Rosa participou na sessão de abertura da Academia de Jovens Autarcas do distrito de Leiria, sexta-feira, 24 de junho de 2016, na Nazaré.

No sábado, 25 de junho, o secretário-geral do PSD esteve na iniciativa de tomada de posse dos órgãos eleitos do PSD e da JSD de Oliveira do Hospital (Coimbra).





# Ministro das Finanças furta-se a explicações sobre a CGD

O PSD acusa o ministro das Finanças de ter feito “uma espécie de conferência de imprensa” sobre a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD), sem nenhum esclarecimento, reforçando assim a necessidade de um inquérito parlamentar. Em declarações aos jornalistas, no parlamento, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD António Leitão Amaro declarou que Mário Centeno “tornou ainda mais indispensável a realização da comissão parlamentar de inquérito à CGD”.

O deputado lembra que, nos termos da lei, o inquérito parlamentar à CGD da iniciativa do PSD deve iniciar os seus trabalhos 8 dias depois da sua formalização, que aconteceu na segunda-feira. “Esperamos que a primeira reunião possa ocorrer já na próxima semana”, acrescentou.

Questionado sobre as audições do ministro das Finanças e do governador do Banco de Portugal propostas pelo CDS-PP e pelo PS, respetivamente, António Leitão Amaro concordou com essas audições, mas defendeu que “a comissão parlamentar de inquérito é o lugar certo”. “Esperamos que possa ser um dos atos iniciais desta comissão parlamentar de inquérito”, adiantou.

O ex-secretário de Estado da Administração Local alegou que “são sete a oito milhões, segundo as notícias públicas, que os contribuintes em seis meses em seis meses são chamados a pagar por este Governo”.

Em relação à recapitalização da CGD, disse que “a cada semana que passa esse alegado montante sobe, a incerteza



crece”. “É estranho que o Governo tenha feito hoje esta espécie de conferência de imprensa, que nada informa, nada esclarece, só contribui para agravar a dúvida, a incerteza e a desconfiança”, considerou.

Segundo o deputado PSD, é preciso, portanto, um inquérito parlamentar para “esclarecer cabalmente quais são os planos e as medidas para a recapitalização do banco, a injeção de dinheiro dos contribuintes, as medidas de reestruturação”.

Questionado sobre a auditoria externa e independente proposta hoje por PSD e CDS-PP à CGD, Leitão Amaro sustentou que esse instrumento e o inquérito parlamentar “são complementares, e ambos são necessários”.

António Leitão Amaro reclamou que o PSD está a ser coerente, enquanto a esquerda parlamentar parece ter mudado de opinião nesta matéria: “A propósito do Banif, queriam inquérito, não queriam auditoria. Agora, a propósito da CGD, não querem inquérito, sabe-se lá porquê, com medo de que esclarecimento, de que informação, mas querem auditoria”.

## “Atraso grave” no pagamento a escolas profissionais de Santarém



Deputados do PSD questionaram o Governo sobre os “atrasos graves” no pagamento às escolas profissionais, públicas e privadas, entre as quais se encontram várias do distrito de Santarém. Em nota enviada à Lusa pelos deputados sociais-democratas eleitos pelo círculo eleitoral de Santarém, é referida em concreto a situação nas escolas profissionais de Ourém, de Torres Novas, de Salvaterra de Magos, de Coruche e do Vale do Tejo (Santarém), que desde janeiro não recebem “as necessárias transferências de financiamento de fundos oriundos do POCH (Programa Operacional Capital Humano)”.

Este atraso “tem levado algumas destas escolas a recorrer a empréstimos em condições muito desfavoráveis, outras a atrasar pagamentos e já algumas a despedimentos”, acrescenta o documento.

No requerimento entregue no parlamento, subscrito pelos deputados do PSD que integram a Comissão de Educação e também por Duarte Marques, Nuno Serra e Teresa Leal Coelho, eleitos por Santarém, o Ministério da Educação é questionado sobre os motivos que estão na origem dos “graves atrasos na análise dos pedidos de reembolso pelo POCH” e para quando está prevista a regularização das transferências. “O atraso agravado do POCH, verificado este ano, no ressarcimento das verbas devidas, preocupa as direções das escolas públicas e muito em particular as escolas particulares, pois obriga muitas instituições a recorrerem ao crédito bancário, com todos os efeitos que o mesmo apresenta, e coloca muitos problemas de tesouraria, condicionando o pagamento de salários aos professores, técnicos, assistentes e mesmo fornecedores, podendo em situações limite, originar o não cumprimento regular dos deveres destas escolas”, expõe o requerimento.



# PSD de Leiria exige a construção do Parque Empresarial de Monte Redondo

A construção do Parque Industrial de Monte Redondo, prevista desde 2004, tem como finalidade promover e dinamizar a instalação de empresas que contribuam para o desenvolvimento económico e a criação de postos de trabalho no concelho de Leiria, em especial na zona norte do concelho. Localizado na União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira, faz fronteira com a Freguesia da Bajouca. O Parque Empresarial de Monte Redondo está gizado em Plano Diretor Municipal (PDM) numa zona privilegiada, sobretudo no domínio das acessibilidades, uma vez que dista poucos metros do nó da A17. A área de intervenção é de 54 hectares e que numa primeira fase estariam previstos 18 Lotes, com uma tipologia variável entre os 350 m<sup>2</sup> e os 8250 m<sup>2</sup>.

Passados sete anos, com o atual executivo PS, tudo se encontra na mesma. Empresários e autarcas locais estão insatisfeitos com a não execução do projeto e do seu esquecimento total. A Concelhia do PSD de Leiria visitou a área afeta à construção do Parque Empresarial e contactou que ainda não há avanços nas infraestruturas. Não foram executados os demais equipamentos previstos: rede de distribuição de energia elétrica BT e PT; rede de telecomunicações; rede de distribuição de gás natural; rede de drenagem de águas residuais; rede de drenagem de águas pluviais; rede de distribuição de água potável; rede de combate a incêndios; rede de rega; arruamentos, passeios e zona de estacionamento.

O PSD de Leiria acusa o executivo camarário PS de “chutar para canto”, com estratégias requentadas, “para não se concretizar um dos mais importantes investimentos no norte do concelho que merece uma forte crítica por parte do PSD de Leiria”.

Para o vereador e líder da Concelhia do PSD de Leiria, Álvaro Madureira, não se pode deixar “fugir” investimento para concelhos vizinhos, como tem acontecido, devendo a atual autarquia de Leiria dotar o Parque Empresarial de Monte Redondo de infraestruturas, para que se possa promover a implantação de empresas nesta zona do concelho,

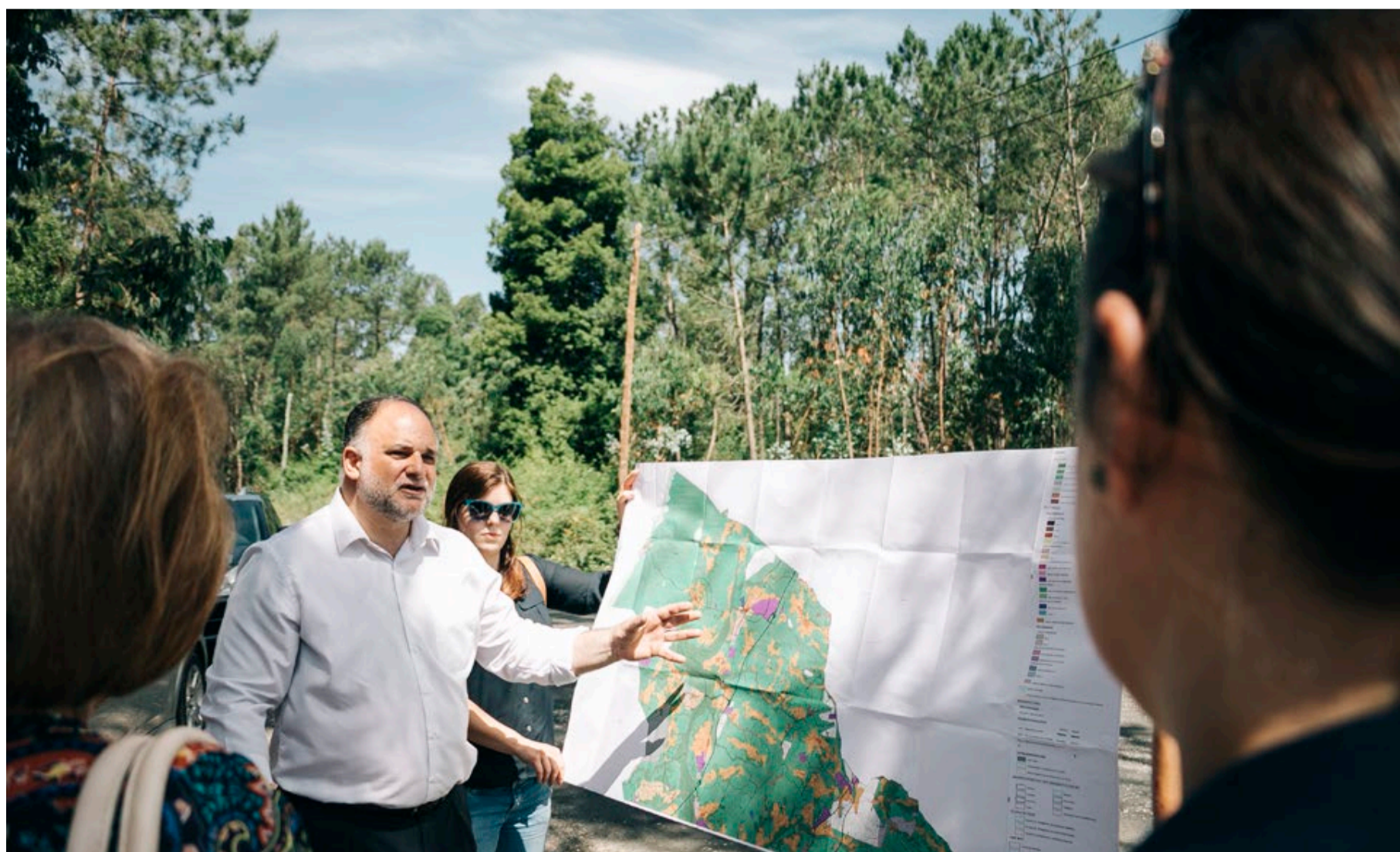


oferecendo, por sua vez, melhores condições no plano logístico, burocrático e fiscal.

Neste contexto, a Concelhia do PSD de Leiria lamenta a inoperância política do PS da Câmara de Leiria, que prejudica: “o desenvolvimento do concelho de Leiria e em particular as freguesias localizadas a norte; a execução de eixos estratégicos estruturais de desenvolvimento que captem

Investimento Direto Estrangeiro (IDE), regional e local; a criação de novas empresas, de emprego, de riqueza e a fixação das populações”.

O PSD de Leiria desafia o PS que gere a Câmara de Leiria a não escudar-se em sucessivas desculpas e tomar a decisão política de liderar o processo, que tem como ação prioritária a construção do Parque Empresarial de Monte Redondo, iniciando-a até ao primeiro semestre de 2017.





# Câmara de Montemor-o-Velho está sem rumo



O PSD de Montemor-o-Velho, no distrito de Coimbra, acusou o município local (PS) de governar “à vista”, sem estratégia e sem rumo, e de aumentar os gastos “supérfluos”, diminuindo as despesas de investimento e de obras. Num balanço à governação do autarca socialista Emílio Torrão, os sociais-democratas referem-se a um “um posicionamento político isento de estratégia e saber estar no quadro local, distrital e regional”.

Para o PSD de Montemor-o-Velho, o executivo que lidera a autarquia é constituído por um gabinete político baralhado, oportunista e dirigido à leitura primária do dia-a-dia sem objetivos, qualificação e estratégia”.

Segundo referem, as receitas com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos aumentou dois milhões de euros entre 2013 e 2015, mas, “em contrapartida, as despesas de investimento e obras desapareceram”. “Não se verificam investimentos novos e obras nem vê-las. Então para onde tem ido o acréscimo da receita”, questiona o PSD, considerando que os socialistas têm dirigido as suas opções para “gastos desnecessários”, com aquisição de “equipamentos em ‘segunda mão’, beneficiação do espaço municipal, comunicação, festas e aquisição de serviços e despesas com órgãos políticos (aumento de cerca de 33,8%)”.

Os sociais-democratas de Montemor-o-Velho recordam que “o anterior executivo do PSD/CDS-PP, no sentido de equilibrar as contas do município, preparou um Plano de reequilíbrio financeiro que foi aprovado a 07 de Março de 2013 e enviado ao Tribunal de Contas a 24 de setembro de 2013”. “O atual executivo demorou dois anos a responder ao pedido de esclarecimento do Tribunal de Contas (TC), o que aconteceu apenas a 23 de setembro de 2015. Porquê?”, interrogam-se.

Para o PSD, “as decisões políticas tardias, provocadoras, incapazes e incompetentes, de acordo com o TC puseram tudo em causa”, porque uma nova legislação de 2014 alterou os condicionalismos jurídicos dos “saneamentos financeiros”.



# Um “momento difícil” para a União Europeia

O líder parlamentar do PSD considera que a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) representa um “momento difícil”, mas defendeu que a decisão dos britânicos não deve colocar em causa o essencial do projeto europeu. “É a expressão soberana da vontade dos britânicos e tem de ser respeitada como tal, o projeto de construção europeia assentou sempre na salvaguarda da soberania dos povos e dos Estados membros”, afirmou o presidente da bancada do grupo parlamentar social-democrata, Luís Montenegro, no parlamento.

Falando na União Europeia como um espaço de “paz, solidariedade e prosperidade europeia”, Luís Montenegro sublinhou a necessidade de Portugal continuar a ter um papel ativo e contribuir para que os efeitos positivos dessa realidade se reflita na vida das pessoas. “É isso que está na génese da nossa participação no processo de construção da Europa e é isso que nós temos de reforçar a partir deste momento difícil que é a saída do Reino Unido, mas que não deve colocar em causa o essencial deste projeto que tem agora naturalmente de se adaptar a esta nova realidade”, defendeu.

Questionado sobre as consequências para Portugal da saída do Reino Unido da União Europeia, o líder da bancada do PSD falou “num plano mais transversal”, que é o papel do país no processo de construção da Europa, do reforço do sentido de salvaguarda da prosperidade económica e também do bem estar social.

Por outro lado, acrescentou, há um “plano mais interno” que tem que ver com o contributo de Portugal em termos da sua prestação orçamental e financeira. “É preciso enfatizar que nós estamos sobretudo dependentes de nós próprios, os riscos que impendem sobre Portugal, nomeadamente na política orçamental e na política económica são riscos de natureza interna”, referiu, considerando que Portugal não deve, com o caminho que tem seguido, acrescentar problemas à sua afirmação como uma das partes de construção de uma Europa unida.



“É evidente que a política económica que o Governo tem seguido e a política financeira têm exposto Portugal a uma situação de vulnerabilidade maior que deve ser evitada”, acrescentou, falando numa estratégia económica “que é muito vulnerável” do ponto de vista financeiro, não é atrativa para o investimento e, com isso, coloca em causa a capacidade de Portugal cumprir os tratados e os acordos que estabeleceu.

Luís Montenegro considerou ainda que é altura de em Portugal se fazer um debate “sério e profundo”, sobre o papel do país no processo de construção europeia e sobre o caminho que tem de ser percorrido para “não trazer para Portugal riscos desnecessários, vulnerabilidades desnecessárias”.

## Deputados do PSD questionam atuação das Finanças de Viseu

Os deputados do PSD, eleitos pelo círculo de Viseu, questionaram o Governo sobre a atuação da direção de Finanças de Viseu, que “pode estar a adotar entendimentos e ações tributárias diferentes dos demais serviços distritais”. No requerimento endereçado ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, os deputados eleitos por Viseu pretendem que seja apurado se existe ou não diferenças de comportamentos, interpretações legais e atuações inspetivas na Direção de Finanças de Viseu, designadamente em matéria de inventário permanente e IVA.

“Pode o senhor secretário de Estado assegurar que não mais se prolongarão injustificadamente processos judiciais relativos a situações anteriores de tratamento discriminatório indevido em matéria de inventário permanente? Pode confirmar se existem ou não indícios ou evidência estatística reveladora de um padrão de comportamento diferente ao nível de cobrança da Direção de Finanças de Viseu relativamente aos restantes serviços distritais?”, questionaram.

De acordo com os cinco deputados do PSD, várias empresas do distrito de Viseu e as respetivas associações representativas “têm manifestado a sua preocupação com a atuação da Direção de Finanças de Viseu, por a mesmo poder alegadamente estar a adotar entendimentos e ações tributárias diferentes dos demais serviços distritais”.

Esta preocupação diz respeito às regras de obrigatoriedade de inventário permanente e ao Imposto sobre o Valor Acrescentado. “Segundo as queixas de vários empresários, tal conduta da autoridade tributária constituiria uma discriminação negativa das empresas do distrito, que ficam sujeitas a custos fiscais significativamente agravados”, acrescentam.

No documento, os sociais-democratas apontam ainda que lhes foi transmitido que a conduta da Direção de Finanças “teria também por consequência o aumento da litigância, que implicaria para as empresas o adiantamento de montantes importantes e a mobilização de recursos sob forma de cauções”. “Em particular, estas cauções representariam custos importantes para as empresas, tanto de financiamento das mesmas, como de custo de oportunidade por esgotarem os ‘plafonds’ de crédito das empresas, impedindo a utilização



desses fundos para investimento produtivo durante o período em que o processo decorre em tribunal. Importa, por isso, apurar a existência destes tratamentos negativamente diferenciados sobre as empresas do distrito de Viseu pela respetiva Direção da Autoridade Tributária, já que um tratamento fiscal diferenciado desrespeitaria o princípio constitucional da igualdade perante a lei fiscal e as regras legais básicas de concorrência”, referem.

Pedro Alves, Leitão Amaro, Inês Domingos, António Lima Costa e Isaura Pedro recordam que já o anterior Governo teve de intervir no sentido da correção de certas desigualdades de tratamento pela Direção de Finanças de Viseu relativamente ao Inventário Permanente.





## Quem decide na SATA o cancelamento de voos?

O PSD/Açores quer saber a quem compete, na SATA, a decisão “de cancelar voos devido às condições atmosféricas”, assim como a decisão “de definir o aeroporto de destino em caso de fazer divergir esse voos”, isto de forma a que se explique que voos destinados à Horta “tenham sido cancelados por razões meteorológicas quando, na hora da sua chegada, o aeroporto já estava operacional”, questionou o deputado Jorge Costa Pereira.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata lembra que, no passado dia 11 de junho, no voo S4 153 Lisboa-Horta, “e ainda antes de iniciar a aproximação ao aeroporto da Horta, o comandante do avião afirmou que a pista estava operacional e apresentava melhores condições que a do Pico. Tendo recebido das operações da SATA a informação de que os 150 passageiros já estavam no Pico”, avança.

“Já por várias vezes, tanto em voos da SATA Internacional como da SATA Air Açores, foi decidido enviar os passageiros para o Aeroporto do Pico e, depois de feito o transporte, acabou por se verificar que, à hora da chegada do voo à Horta, o Aeroporto estava operacional”, reforça Jorge Costa Pereira.

Para o deputado do PSD/Açores persistem muitas dúvidas “acerca das razões que explicam várias decisões de cancelamento ou de redirecionamento de voos que tinham como destino o Aeroporto da Horta”.

“Tem havido situações cujo fundamento e responsabilidade não só não se conhece como não se compreende. E que inclusivamente, já mereceram denúncias justas e oportunas por parte da Câmara de Comércio e Indústria da Horta e da Câmara Municipal da Horta”, acrescenta.

Para Jorge Costa Pereira, “e reconhecendo o esforço e a vontade que, em regra, a SATA mostra para encontrar soluções face à impossibilidade de operar no Aeroporto da Horta por condições meteorológicas adversas, protegendo os seus passageiros, é necessário apurar responsabilidades para as situações que aqui apresentamos”, concluiu.

## Câmara do Funchal atua com base numa “gestão errática”

O PSD/Madeira acusou a Câmara Municipal do Funchal de funcionar com base numa “gestão errática e ruidosa”, considerando que isso tornou a cidade “um pior local para viver”. Numa conferência de imprensa junto ao edifício da câmara, o presidente da Concelhia do PSD do Funchal, Carlos Rodrigues, afirmou que o executivo camarário tem adotado medidas “sem estratégia e visão”, optando pelo “isolamento e alheamento”, em vez de assumir uma atitude colaborativa e cooperante com outras entidades públicas e privadas.

Carlos Rodrigues indicou, como exemplo do “desnorte” camarário, as medidas de apoio social, considerando que os níveis de adesão foram “reduzidos e insignificantes”, bem como as alterações e ações de fiscalização no Mercado dos Lavradores e a promoção de eventos no centro cidade sem antes ouvir e envolver os comerciantes. “Em vez de adotar uma atitude colaborativa e cooperante, [a vereação] insiste em se apartar das decisões e dos processos, preferindo o confronto egoísta, interesseiro e não coincidente com as necessidades da população em geral e dos investidores e criadores de emprego em particular”, afirmou.

A Câmara Municipal do Funchal é liderada pela coligação Mudança (PS, BE, PTP, MPT e PAN).







ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

# povo livre

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1019 • 3 DE MAIO 1995 • PREÇO 100\$00

Fernando Nogueira no 1.º de Maio


## Já fizemos muito mas quero fazer mais e melhor

Eu sei que Portugal se desenvolveu e avançou mais nestes dez anos do que nos últimos 40, mas o PSD é um partido inconformista. Sabemos que fizemos muito. Mas eu quero fazer mais e melhor e por isso preciso de vós-

— afirmou o Presidente do Partido, Fernando Nogueira, no almoço comemorativo do 1.º de Maio promovido pelos TSD (Trabalhadores Sociais Democratas), que reuniu mais de 600 pessoas e altas personalidades nacionais e do PSD.

5

# 21º

ANIVERSÁRIO  PSD

COIMBRA 6/5/95

A partir das 16:30 H - Animação Musical  
A partir das 18:30 H - Discursos Políticos

Com a Presença do Presidente do Partido Social Democrata

**Dr. Fernando Nogueira**

PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA ACIC  
Associação Comercial e Industrial de Coimbra

### Vencer o desafio

Vamos celebrar no próximo dia 6 de Maio, em Coimbra, o XXI Aniversário do Partido Social Democrata.

Tal celebração vai ser um momento de grande e sempre renovado vigor na afirmação dos nossos princípios, das nossas causas e dos nossos valores.

Ao longo de mais de duas décadas, o PSD tem avultado como partido central da sociedade portuguesa, responsável pelo mais longo e profícuo período de estabilidade e desenvolvimento do Portugal democrático.

Temos justas razões para sentir orgulho da obra realizada e das perspectivas irreversíveis de mudança e modernização que abrimos para o futuro dos Portugueses.

Mas se é compreensível que assinalemos e festejemos as efemérides da nossa história partidária, tal atitude não nos deve amarrar ou entorpecer à sombra das vitórias do passado.

A hora é de trabalho. É de combate. E o PSD sempre soube ser um partido inconformista. Temos pela frente uma caminhada decisiva para o futuro de Portugal e dos Portugueses: a obtenção, em Outubro próximo, de uma nova maioria absoluta, condição indispensável para o desenvolvimento sustentado e solidário do País.

A esse objectivo dedico todo o meu entusiasmo, toda a minha experiência, todo o meu labor. Sei que ele é possível. Sei que está ao nosso alcance.

A nossa unidade, o trabalho e o entusiasmo de todos são indispensáveis. O futuro exige de nós mais e melhor, pois o Partido tem de encontrar resposta para os novos desafios que se colocam a Portugal, num mundo em acentuada mudança.

Conto para tanto com o esforço de todos os militantes. O designio que temos pela frente é decisivo para o PSD, mas também para Portugal.

Vamos, por isso, fazer da festa do nosso aniversário um momento alto da mobilização do nosso partido para que o PSD continue a **cumprir Portugal**.

Progresso, Solidariedade e Desenvolvimento terão que ser as nossas divisas. Divisas que com paixão, exigência e equilíbrio saberemos de novo partilhar com a maioria dos portugueses.

VIVA O PSD

Fernando Nogueira





# Credibilizar a Caixa Geral de Depósitos

Maria Luís Albuquerque (\*)

O PSD avançou com uma comissão parlamentar de inquérito ao processo, em preparação, de recapitalização da CGD, depois de não obter o acordo dos restantes grupos parlamentares.

Questionámos repetidamente o Governo face ao que veio a público: se estaria em curso um processo de negociação com a Direção Geral de Concorrência da Comissão Europeia para injetar no banco público uma verba de 4 mil milhões de euros. Tal montante seria exigência da nova equipa de gestão da CGD.

Muito se escreve e diz sobre a iniciativa do PSD, e muitas das críticas alegam que o PSD não pode desconhecer o que se passava na CGD. É verdade. E é precisamente por o PSD não desconhecer o que se passava até ao final de novembro de 2015, que queremos saber porque é pedido aos portugueses um esforço tão significativo – 4 mil milhões de euros – para a recapitalização do banco público?

Há quem receie que um escrutínio parlamentar fragilize a CGD, opinião expressa entre outros pelo PCP, que até hoje nunca demonstrou qualquer pejo no escrutínio a instituições financeiras, bem pelo contrário. O PCP receia mais uma demonstração que a qualidade da gestão é uma qualidade em si mesma: não depende de ser pública ou privada. Sendo que a gestão pública é claramente um tema a escrutinar pelos cidadãos a quem, em última análise, tal gestão deve prestar contas.

Quanto ao óbvio desconforto do Governo com a iniciativa do PSD, não serão certamente razões ideológicas que o explicam. O Governo tenta lançar outras supostas auditorias, avaliações, relatórios de análises passadas, como alternativas – preferíveis, segundo defende – à realização da CPI. O que tenta o governo esconder, que, nas palavras do próprio Primeiro-Ministro, só pode ser revelado quando for um facto consumado?

Por cá e em Bruxelas comenta-se que o Governo tenciona integrar o Novo Banco na CGD. E há rumores que uma recusa de Bruxelas poderia fazer cair o governo. A questão a colocar é saber porque estariam os portugueses dispostos agora a pagar para suportar a geringonça, depois da fraude eleitoral.

Não sabemos a verdade sobre este dossier “integração”, mas normalmente não há fumo sem fogo... E, a confirmar-se, em que termos tal seria feito? O Novo Banco não é público, não pertence ao mesmo dono que a CGD. Seria comprado? A que preço? Seria nacionalizado? Com ou sem indemnização? Será que é intenção do governo fazer recair o custo da resolução do BES sobre os contribuintes, quando a forma como o processo foi conduzido se destinou precisamente a protegê-los? São questões que precisam de resposta.

E uma tal solução seria aceite pelas autoridades que zelam pela concorrência, nacional ou europeia? Os dois bancos em conjunto ficariam com uma posição de mercado excessiva. A menos que o plano de reestruturação fosse de tal modo agressivo que resultasse, na prática, no desaparecimento do equivalente ao Novo Banco, ou perto disso. Quantas pessoas perderiam o emprego? São questões que precisam de resposta.

É público, há anos, que a CGD concedeu créditos avultados no passado, sem garantias adequadas e com práticas dificilmente justificáveis com o interesse público. Discutir será um exercício muito útil de escrutínio que, não apagando os erros do passado, e as suas consequências, diminui a probabilidade de se repetirem. Estranho é o argumento que a exposição de tais práticas prejudica a credibilidade da CGD. Mas o que é que não se sabe já? Que capitais privados fugiriam da CGD (não tem capitais privados)? Que cotação da CGD cairia em bolsa, se não está cotada? Ou seriam os depositantes a retirar os seus depósitos? Para colocar onde, quando a CGD tem sido o principal beneficiário com as preocupações que surgiram no passado relativamente a outros bancos? E, sobretudo, como é que a especulação e a falta de transparência podem contribuir mais para a solidez e reputação de um banco que o seu escrutínio sério e democrático?

Ouve-se também dizer que é preciso “limpar” a CGD dos créditos malparados e dos ativos sobrevalorizados no seu balanço. Muito bem. Mas em que termos? Uma vez registada uma perda a 100%, vai a gestão da CGD perdoar essas dívidas, no todo ou em grande parte? Vão os contribuintes portugueses pagar para que grandes devedores possam pagar as dívidas junto dos outros bancos? Temos o direito de saber. Os devedores que estão aqui em causa não são os cidadãos comuns que por terem perdido o emprego ou serem vítimas de uma doença grave deixaram de ser capazes de pagar. São grandes empresas e empresários que muito ganharam no passado com a proximidade ao poder político.

Há muito para apurar numa comissão de inquérito parlamentar à CGD. Antes das decisões tomadas e dos factos consumados. As comissões de inquérito não servem apenas para fazer autópsias ao que correu mal: podem e devem servir para evitar o mal.

(\*) Vice-presidente do PSD



# Levar o poder regional a sério

José Matos Rosa (\*)

Recordámos esta semana a primeira vez em que os portugueses votaram, de forma livre, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Nesse ato eleitoral de 27 de junho de 1976, o PSD venceu ambas as regiões. E com maioria absoluta.

A história serve-nos como inspiração para o próximo desafio eleitoral que temos pela frente. Nas eleições regionais de outubro deste ano, quando os açorianos escolherem o seu Governo Regional, sei que terão em conta o projeto reformista do PSD.

Como maior partido do poder local, e o que melhor representa os portugueses de todo o país, o PSD continua empenhado em melhorar a vida dos açorianos. Foi possível fazê-lo, por exemplo, com a liberalização do espaço aéreo dos Açores, conseguida pelo governo anterior, liderado pelo PSD. Esta conquista trouxe à região autónoma resultados que o Governo Regional do Partido Socialista não conseguiu alcançar ao longo dos seus últimos mandatos, liderados por Carlos César e Vasco Cordeiro.

A governação socialista dos Açores tem seguido o modelo do Governo da República, que se rege pela inação para não desafiar interesses que não os dos portugueses. Foi assim quando o primeiro-ministro adiou tomar iniciativa na resolução da greve dos estivadores, momento em que foi confrontado com a escassez de bens essenciais (como medicamentos) nas regiões autónomas. Da mesma forma, o que tem feito o Governo Regional para resolver a crise do setor do leite que tanto prejudica os açorianos?

Esta não é a nossa forma de estar na vida pública. Defendemos o interesse nacional acima de qualquer outro, acima das questões partidárias e de poder.

Levamos Portugal e os portugueses a sério, como sempre fizemos. Acredito que foi graças a esta forma de estar que nos tornámos o maior partido do poder local. E sei que não o teríamos conseguido sem os nossos militantes e dirigentes. A história do PSD é feita de homens e mulheres corajosos que se dedicaram e ainda dedicam a levar a todo o país os ideais da liberdade, da igualdade e da justiça social. Nas freguesias ou à frente dos governos regionais, continuaremos a apresentar aos portugueses as pessoas mais capazes de responder aos desafios do poder local. Não serão, certamente, os mesmos de 1916 ou de 1976. São desafios novos, que exigem dos partidos responsáveis, como o PSD, um olhar perspicaz sobre a realidade e a mesma seriedade com que sempre respondemos aos votos de confiança dos portugueses. É também este o compromisso do PSD e do Duarte Freitas para os Açores.

(\*) Secretário-Geral do PSD



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



### ALVAIAZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alvaiazer, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 09 de Julho de 2016, (sábado) pelas 21h00, na sede, sita na Rua D. João I, nº 18, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento para 2016

2 - Análise da actual situação política

3 - Outros assuntos

### AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amarante, para reunir, no próximo dia 18 de Julho de 2016, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Acto eleitoral interno, de âmbito distrital

2 - Análise da situação política nacional

3 - Análise da situação política concelhia

4 - Outros assuntos

### AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aveiro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 06 de Julho de 2016, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 - 1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política

2 - Outros assuntos

### BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Braga, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Julho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30 no Hotel Mercure - Braga, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Analisar a situação política local e nacional

### COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Covilhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46 - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política

### FRADELOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Fradelos, - Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 04 de Agosto de 2016 (quinta-feira), pelas 19h00, na sede de Junta de Freguesia de Fradelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo.

**Notas:**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h30

### LEIRIA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Julho de 2016, (segunda-feira) pelas 20h30, no Auditório da Biblioteca Municipal de Alcoaça, sita na Rua Araújo Guimarães, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política distrital e nacional

### MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Moita para reunir, no próximo dia 09 de Julho de 2016, (sábado), pelas 15h00 na Rua José Afonso, nº 22, - Moita, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação autárquica, relatório dos autarcas em funções.

3 - Análise da situação nacional.

### OLIVEIRA SANTA MARIA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Oliveira Santa Maria, - Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 29 de Julho de 2016 (sexta-feira), pelas 19h00, na sede de Junta de Freguesia de Oliveira Santa Maria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo.

**Notas:**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h30

### PENELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penela, para reunir no próximo dia 29 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 17h00, na Rua do Sol nº 20, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

**Notas**

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, na Rua do Sol nº 20, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 17h00.às 22h00

### PORTO ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Porto, para reunir, no próximo dia **01 de Julho de 2016 (sexta-feira)**, pelas 21h15 no auditório Horácio Marçal - Junta de Freguesia de Paranhos, sito na Rua Álvaro Castelões, n.º 811, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação Política

### RIBA DE AVE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Riba de Ave, - Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 29 de Julho de 2016 (sexta-feira), pelas 19h00, sede de Junta de Freguesia de Riba de Ave, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo.

**Notas:**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h30

### RIO TINTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio Tinto - Gondomar, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 12 de Setembro de 2016, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede da secção de Gondomar sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política

2 - Outros assuntos

### S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Julho de 2016 (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação político-partidária

### SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Soure, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2016, (sábado) pelas 19h00, no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção

**Notas**

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 19h00.às 22h00

### VALONGO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Valongo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Julho de 2016, (segunda-feira) pelas 21h00, no Park Hotel, sito na Rua Regedor José Diogo, 90 - Valongo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política





### NÚCLEOS DE NEGREIROS E CHAVÃO - BARCELOS

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Negreiros e Chavão, para reunir no próximo dia 6 de Agosto de 2016 (Sábado), pelas 18 horas, no Edifício da Junta de Freguesia de Chavão, sito na Rua São João, número 1797, Chavão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo da JSD de Negreiros e Chavão.

**Nota:**

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado no referido local, que para o efeito se encontrará aberto, ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Barcelos ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá entre as 18h00m e as 20 horas.

### VILA NOVA DE FOZ CÔA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Vila Nova de Foz Côa, para o plenário a realizar no próximo dia 30 de Julho de 2016 (Sábado), pelas 21

horas, na Sede do PSD de Vila Nova de Foz Côa, sita no Largo do Tabelado, s/n. 1.º Dto. Em Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia de Vila Nova de Foz Côa.

**Nota:**

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD de Vila Nova de Foz Côa, sita na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.

### CAMINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Caminha, para o plenário a realizar no próximo dia 30 de Julho de 2016 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede da JSD de Caminha, sita na Rua da Corredoura, s/n, em Caminha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia de Caminha.

**Nota:**

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede da JSD de Alto Minho, sita na Praça da Galiza, em Viana do Castelo.

As urnas estarão abertas das 18h00m às 20 horas.

### RATEIO CONGRESSO DISTRITAL JSD ALTO MINHO

CONCELHIA	NÚMERO DE DELEGADOS
Arcos de Valdevez	14
Caminha	2
Monção	3
Ponte da Barca	7
Ponte de Lima	6
Valença	2
Viana do Castelo	16